

**IMAGENS DE ENUNCIADOR NOS DISCURSOS
PRESIDENCIAIS DE 1º DE MAIO**
Enunciator Images in Presidential Speeches Delivered on May 1st

Del Carmen DAHER (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Abstract

The article reports one of the stages developed during the doctoral research “Presidential speeches delivered on May 1st: the trajectory of a discursive practice” and aims at understanding how the construction of enunciator images is operated discursively, supported by enunciation-based Discourse Analysis studies. The corpus is formed by the first speech of each Brazilian president between 1938 and 1994, that is, 13 speeches analysed as a whole. The conclusions identified several images that were compared and grouped around several roles, as a way to facilitate the construction of detailed considerations and comments on them.

Key-words: *May 1st; enunciator images; enunciative role.*

Resumo

O artigo relata uma das etapas desenvolvidas ao longo da pesquisa de doutoramento “Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva” e tem como objetivo buscar compreender como se opera discursivamente a construção de imagens de enunciador, a partir dos estudos da Análise do Discurso de base enunciativa. O corpus contempla o primeiro pronunciamento relativo a cada mandato presidencial ocorrido entre o período de 1938 e 1994, contando com um total de 13 pronunciamentos estudados no seu conjunto. As conclusões identificaram diversas imagens que foram comparadas e agrupadas em torno de variados papéis, como forma de facilitar o detalhamento e os comentários sobre as mesmas.

Palavras-chave: *1º de maio; imagens de enunciador; papel enunciativo.*

1. Introdução

O presente trabalho apresenta uma das etapas desenvolvidas ao longo da pesquisa “Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva” (Daher, 2000)¹, na qual se analisam pronunciamentos presidenciais de 1º de maio, realizados pelos presidentes da República aos trabalhadores do Brasil, entre 1938 e 1994, e cujo objetivo era o de verificar como, do ponto de vista enunciativo, se estabelece a interação governo-trabalhador. Neste artigo, temos como finalidade buscar compreender como se opera discursivamente a construção de imagens de enunciador, a partir dos estudos da Análise do Discurso de base enunciativa (doravante AD).²

2. Caracterização e interesse do *corpus*

O estudo envolve textos produzidos numa situação *sui generis* dentro das relações governo-trabalhador: num dia originariamente destinado a congregar forças, protestar contra abusos, divulgar lutas e reivindicações dos trabalhadores, promove-se uma transformação que institui a referida data como dia de comemorações, no qual passa a ter destaque um novo ator social – o Presidente da República.

Essa nova situação de comunicação coloca frente a frente dois atores sociais que historicamente atuaram em campos opostos e que mantinham posicionamentos diferenciados. O enfrentamento e a luta marcam essa trajetória. No entanto, no caso específico desses pronunciamentos, a circunstância é de comemoração e, como tal, não comporta desarmonias e embates diretos. Ao serem realizados, os discursos precisam considerar esse fato.

É o presidente Getúlio Vargas quem inaugura em 1938 a praxe de dirigir-se de forma oficial aos trabalhadores, durante as celebrações

¹ Tese de doutoramento orientada pela Profª Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, no Programa de Pós-graduação em LAEL/PUC-SP, defendida em março de 2000.

² Por se tratar de material de acesso público, optamos por manter o nome verdadeiro das fontes consultadas e dos presidentes-autores desses discursos.

do Dia do Trabalho. Os demais governos que o sucederam – à exceção de Café Filho, Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso – deram continuidade a essa prática (o último pronunciamento, dentro do marco desta pesquisa, ocorreu em 1994). Os discursos, inicialmente, eram pronunciados em concentrações públicas e integravam um cerimonial de paradas, desfiles e apresentações de canto orfeônico. Na culminância dos festejos, frente à multidão, discursavam os representantes dos trabalhadores, o Ministro do Trabalho e o Presidente da República. O pronunciamento presidencial, além de poder ser ouvido pelos presentes e contar com transmissão radiofônica para todo o Brasil, era publicado na imprensa diária. A partir de 1950, com a inauguração da televisão, esse campo de divulgação amplia-se ainda mais.

Primeiramente, os locais privilegiados como palco para essas comemorações eram espaços que comportavam a presença da multidão – esplanadas, praças públicas ou estádios, sede de sindicatos, fábricas, centros de lazer. Ao longo do tempo, as comemorações foram se transformando e, a partir do governo Costa e Silva, a maioria dos pronunciamentos aos trabalhadores passa a ser realizada do gabinete do presidente, no Palácio do Planalto, sem a presença de público.

De um arquivo que contém, no seu total, 46 discursos pronunciados por diferentes presidentes da República, decidimos recortar o primeiro pronunciamento relativo a cada mandato ocorrido, como forma de garantir um critério que comportasse uma visão longitudinal dessa prática discursiva e, ao mesmo tempo, incluísse a representação por presidente. Nosso *corpus* está formado, assim, pelos seguintes pronunciamentos: Getúlio Vargas (1938), Gaspar Dutra (1947), Getúlio Vargas (1951), Juscelino Kubitschek (1956), João Goulart (1962), Castelo Branco (1964), Costa e Silva (1967), Médici (1970), Ernesto Geisel (1974), João Figueiredo (1979), José Sarney (1985), Fernando Collor (1990) e Itamar Franco (1994).

3. Quadro teórico-metodológico

A situação empírica descrita no item anterior pode ser analisada como uma enunciação: os atores sociais que remetem a uma interação

específica – governo e trabalhador – são instituídos como seres discursivos, pares numa interação. De acordo com a AD, um texto se caracteriza não por ser um conglomerado de signos inertes, mas sim um todo do qual enuncia(m) sentido(s) a partir da(s) posição(ões) na(s) qual(is) o enunciador interage com o co-enunciador, numa determinada situação de comunicação. Maingueneau (1998) afirma que o texto carrega as opções de encenação da palavra do enunciador e que nessa colocação estão consideradas questões de distintas naturezas interativas, tais como a finalidade organizacional do discurso e o gênero.

O nosso *corpus* conta com textos que se inscrevem no campo discursivo da política e que se atualizam, aparentemente, em diferentes formações discursivas em relação de co-ocorrência ou não. Circunstâncias comunicativas específicas unem esses pronunciamentos: a celebração do 1º de maio e o lugar enunciativo que passa a ocupar o governo ao definir-se como autorizado a falar ao trabalhador.

É importante ressaltar que a relação EU <=> TU está ancorada na Teoria da Enunciação sob a ótica de Benveniste (1974), que em estudo clássico sobre a subjetividade da linguagem demonstra que a tradicional classificação de “pronomes pessoais” apresentada pela gramática está voltada para a conjugação dos verbos e não para o papel ativo desempenhado pelas pessoas na interlocução. Partindo do estudo das marcas de pessoa, entre outras categorias lingüísticas por ele estudadas, esse autor considera que é por intermédio da linguagem que o homem se institui como subjetividade. Sua preocupação recai sobre a forma por meio da qual o locutor se institui como sujeito no discurso ao fazer uso da língua.

Instituído como sujeito discursivo, deixa pistas formais em sua produção que caracterizam sua subjetividade. As pessoas reversíveis EU/TU-VOCÊ (pessoas restritas) e NÓS/VÓS-VOCÊS (pessoas ampliadas) remetem ao par da interlocução: o EU institui o TU a quem se dirige, que, por sua vez, passa a ser EU no momento em que toma a palavra. Numa relação de oposição, o ELE(A,S) é denominado como não-pessoa, uma vez que não é explicitado pela sua função na situação interlocutiva – não é agente na interação –, mas sim como referência de que falam esses pares, sendo compreendido a partir do contexto lingüístico.

Neste artigo, como já antecipamos, deter-nos-emos na observação do enunciador, na identificação das imagens que ele se autodelega, em busca de legitimação ante seu interlocutor. Vale ressaltar que isso não significa desconsiderar que, quando nos dirigimos a um OUTRO, sempre o fazemos a partir de um determinado lugar discursivo: aquele que pretendemos ocupar e, conseqüentemente, o que estabelecemos para nosso co-enunciador. Assim, segundo Maingueneau, “pôr-se no lugar do educador é conferir ao outro o *lugar* de educando” (1996:94). No entanto, não se aplica aqui uma necessária aceitação passiva desse lugar por parte do co-enunciador. Dependendo de cada caso e das características do gênero discursivo em que a interação se inscreve, podemos recorrer a constantes negociações. Ademais, como o referido autor comenta, “As relações de lugares não são, contudo, livres criações dos sujeitos, eles são instaurados a partir de um sistema de lugares preestabelecido” (Maingueneau 1996:94).

Ao instituir-se no discurso, o enunciador lança mão de diversos recursos lingüísticos que configuram as diferentes formas do “como” o enunciador se quer relacionado com o OUTRO. Tendo em vista o dito, estabelecemos como procedimento metodológico para nossa análise o levantamento e a observação das marcas lingüísticas de pessoa pelas quais o enunciador se inscreve no próprio enunciado, incluindo-se o uso tanto da pessoa restrita, quanto da ampliada, em: (a) diferentes funções sintáticas – como sujeito e como complemento; (b) marcas morfológicas das formas verbais – desinências número-pessoais; (c) possessivos.

A análise identificou dezessete imagens de enunciador com variados índices de preponderância. As imagens recuperadas nos pronunciamentos a partir da incidência de marcas de EU e de NÓS associam-no à figura de alguém que se apresenta a partir das seguintes propriedades: *amigo, leal, sincero, emotivo, devoto, esperançoso, rígido, demandante, defensor, conselheiro, ouvidor, porta-voz, messiânico, atuante, candidato, trabalhador e governo*³.

³ Essas imagens são as de maior incidência e possuem diferentes possibilidades de atualização de acordo com cada pronunciamento.

Essa pluralidade de imagens permite-nos observar características que delineiam um multifacetado enunciador instituído a partir de diferentes papéis. Segundo Maingueneau (1996:103),

Para os papéis que são desempenhados na interação, distinguimos os papéis discursivos propriamente ditos e os papéis institucionais, que são associados aos diversos gêneros de discurso. Enquanto os papéis discursivos são ocasionais (conselheiro, pedinte, conciliador, agressor, etc.), os papéis institucionais são estáveis (pai de família numa interação pai/filho, médico numa consulta, vendedor numa transação comercial, etc.).

O autor chama a atenção para o fato de que “não é necessário ser professor por profissão para se encontrar numa posição de ensinamento numa interação” (Maingueneau, 1996: 103). A esse “colocar-se na interação numa determinada posição”, estamos chamando no nosso estudo de constituição de imagens, posto que elas nos permitem observar como nos pronunciamentos as relações interativas se estabelecem. Dessa forma, a seguir, apresentamos algumas considerações e exemplos a respeito de cada uma das imagens relativas ao enunciador, considerando os diferentes papéis assumidos discursivamente.

3.1. Variações do enunciador *amigo*(essa grafia está correta?)

Iniciaremos nossas constatações pelas observações relativas ao papel discursivo. A grande imagem que se institui é a do *amigo*. Em torno dela gravitam outras quatro que lhe servem, de certa forma, como reforço/detalhamento – *leal, sincero, emotivo e defensor*.

Amigo é aquele que está autorizado a falar a partir de uma base que pressupõe reciprocidade, aliança, convívio, familiaridade, confiança, conivência e até cumplicidade; assim como também é o que acolhe, ampara, protege e defende. Uma conversa entre amigos se quer próxima – pressupõe ambiente familiar, ocasião apropriada, movimentos gestuais simbólicos, demonstrações de carinho, uso de determinadas

expressões, etc. – e permite tanto colocações elogiosas como críticas, sem necessariamente ter de apresentá-las num “tom” severo ou de enfrentamento. Além disso, é perfeitamente previsível sustentá-la dentro de um quadro de comemoração com parâmetros cerimoniais já preestabelecidos. Legitimado a partir desse lugar/papel discursivo, o enunciador determina o lugar/papel a ser ocupado pelo OUTRO na interação.

Dentro desse quadro interacional, o enunciador ressalta as próprias qualidades, principalmente, as que lhe permitem posicionar-se como amigo. A primeira delas é a de ser *sincero*, demonstrando na maioria das vezes ser alguém que não tem medo de falar e enfrentar a “verdade”. Alguém que expressa seus objetivos sem artifícios ou dissimulações, procurando demonstrar uma imagem de pessoa autêntica e verdadeira. Essa atitude acarreta ao enunciador uma conseqüente postura de homem corajoso. Os pronunciamentos em que se faz uso dessa referência são 47DUTRA, 51GV, 64JANGO e 79FIGUEIREDO:

De mim, direi apenas que falo com franqueza e ajo com determinação (79FIGUEIREDO/l. 96)⁴.

Outra qualidade é a de homem *leal*, aquele que cumpre suas promessas e compromissos. Diz ser perseverante, firme e fiel para com seus princípios e convicções. É uma imagem muito recorrente e aparece em 47DUTRA, 51GV, 56JK, 62JANGO, 67C.SILVA, 79FIGUEIREDO e 90COLLOR:

Nêste encontro com a classe operária brasileira, que sempre me identificou com os problemas nacionais e com as grandes causas da humanidade, considero ainda meu dever afirmar aos trabalhadores que continuo na mesma trincheira em que sempre estive em todos os momento de minha vida pública (62JANGO/ l. 179-182).

⁴ A referência entre parênteses contém as informações relativas ao ano de realização do discurso (1979), a seu respectivo presidente (João Figueiredo) e ao número da(s) linha(s) onde se encontra o fragmento (l. 96) de pronunciamento. Esse procedimento foi adotado para as demais referências. Ressaltamos que não foram efetuadas mudanças ortográficas nos documentos, tendo sido mantida a grafia dos originais.

Outro apoio discursivo a essa imagem de amigo constrói-se a partir da referência à própria emoção, aos sentimentos, ao vínculo com os que lhe são próximos. É alguém que faz questão de demonstrar que é sensível e humano, que é *emotivo*. Essa imagem está presente nos pronunciamentos de 51GV, 56JK e 62JANGO:

E é com profunda emoção que retorno ao vosso convívio, neste ambiente de regosijo e de festa nacional, em que nos revemos uns aos outros a céu aberto ... (51GV/l. 10-12)

Todas essas características associadas formam um conjunto que dá sustentação ao enunciador para posicionar-se como protetor, *defensor* dos trabalhadores, como aquele que é capaz de prover-lhes as necessidades, oferecendo-lhes soluções legítimas.

E êsse programa, que se iniciou no Brasil com a legislação trabalhista elaborada pelo meu Governo [...]. Sempre contastes comigo trabalhadores, para realizá-lo ... (51GV/l. 131-135)

Considerando as observações anteriores sobre as imagens até aqui apresentadas e o exposto por Maingueneau sobre os papéis discursivos, podemos dizer que elas caracterizam a instituição de uma interação que, na dinâmica do processo discursivo, aponta para uma negociação que legitima de forma recíproca os participantes da locução discursiva como amigos, leais e sinceros. Mesmo que, nessa relação caiba, algumas vezes, ao co-enunciador a posição de indefeso, de alguém que precisa do apoio desse amigo/governo.

3.2. Imagens do enunciador que tem fé

Seguindo esse mesmo procedimento de identificação das imagens, observamos outros desdobramentos de enunciador que o caracterizam por uma conduta pautada a partir de crenças que podem vir relacionadas ou não a valores religiosos. Ou seja, a forças “maiores” que as suas. Essas imagens são as do homem *devoto, esperançoso e messiânico*.

A imagem de homem crente e fervoroso aparece nos pronunciamentos sustentada sobre diversos prismas. O primeiro deles institui o

devoto (ou o devotado, de acordo com a situação), aquele que tem fé. Fé esta que pode estar sustentada tanto em ideais, em figuras humanas, quanto na referência a Deus ou à evocação de seu auxílio. Essa imagem caracteriza dois deslocamentos interessantes: um, que institui a presença de forças maiores às determinações do enunciador, e outro, o(s) efeito(s) criado(s) a partir dessa certeza inquestionável.

Podemos dizer que essa imagem apresenta algumas variações: em 47DUTRA, temos um enunciador que se diz devotado ao patriotismo; em 62JANGO, um que assume a imposição do destino; em 64C.BRANCO, é preciso reafirmar a fé na democracia; em 67C.SILVA, a fé passa a ser no trabalhador brasileiro; em 74GEISEL, a fé na colaboração de todos; em 79FIGUEIREDO, recorre-se ao apoio divino, a Deus; e por fim, em 85SARNEY, concita-se a nação para a milagrosa conjunção de vontades.

O outro prisma desse conjunto é o da figura de homem *esperançoso*, ou seja, a daquele que tem e sabe dar esperanças. Essa imagem se faz acompanhar da possibilidade de um futuro promissor. Ela aparece em 51GV, 67C.SILVA, 74GEISEL, 79FIGUEIREDO, 90COLLOR e 94ITAMAR.

Nossa análise aponta, ainda, dentro desse grupo de imagens, a de um enunciador que diz ser predestinado: *messiânico*. Misto de herói salvador, de homem carismático, de messias, de *defensor* dos interesses do bem comum. É aquele que vem fundar uma nova era. No caso específico do pronunciamento de 51GV, temos a instituição de um enunciador que se diz reconduzido ao poder pela vontade dos trabalhadores.

Depois de quasi seis anos de afastamento, [...], eis-me outra vez aqui ao vosso lado, [...] para falar com a familiaridade amiga de outros tempos e para dizer que voltei a fim de defender os interesses mais legítimos do povo e promover as medidas indispensáveis ao bem-estar dos trabalhadores (51GV/l. 2-7).

Buscar apoio nesse tipo de imagens amplia as possibilidades de interlocução, a partir de um outro ponto de vista que não só o do *amigo*. O enunciador recorre a outras bases de apoio, de legitimação, mais amplas: é preciso acreditar e demonstrar confiança, acima de tudo. As

imagens instituídas em torno ao homem *devoto* e/ou *esperançoso* aparecem nos pronunciamentos de 47DUTRA, 64C.BRANCO, 67C.SILVA, 74GEISEL, 79FIGUEIREDO, 85SARNEY e 94ITAMAR; e as do *messiânico*, nos de 51GV e 90COLLOR.

3.3. O *porta-voz*: um enunciador *sui generis*

Outro núcleo de imagens de enunciador gira em torno do poder do papel institucional que o respalda e autoriza a falar. Caracterizamos três imagens construídas a partir do ouvir/falar: a do *porta-voz*, a do *ouvidor* e a do *conselheiro*.

Por uma questão de mera organização que nos permitisse diferenciar uma imagem de outra, optamos por utilizar o termo *porta-voz* para referir-nos à figura de um enunciador *sui generis*, aquele que se apresenta como encarregado de uma ação governamental. Não fala apenas em seu nome, mas no da Revolução. Essa postura enunciativa institui na interação uma espécie de interlocução “indireta”. Temos a presença de um enunciador que vem a público, mas que se diz voz de outro(s).

... trago o reconhecimento da Revolução, é a ação revolucionária aqui preparada e lançada pelo Governador Ademar de Barros e decisivamente apoiada pela chefia militar e tropas das Fôrças Armadas, sobretudo em defesa da Federação (64C.BRANCO/l. 15-18).

Buscando demarcar diferenças entre esse enunciador que se apresenta como autorizado a falar em nome de um terceiro (*porta-voz*) e um outro que diz saber ouvir o co-enunciador, recorreremos ao uso da designação de *ouvidor* como uma forma de melhor situar essa segunda situação de interlocução.

A referida denominação reabilita a idéia da função exercida por uma espécie de antigo juiz, existente no Brasil-colônia, a quem cabia ouvir e dar encaminhamento necessário às queixas que lhe eram feitas. A escolha da palavra pretende recuperar, a partir dessa figura, o

posicionamento assumido por um enunciador que afirma saber quais são as “necessidades” do co-enunciador/trabalhador, ou seja, aquele que encena a inscrição no seu discurso da palavra do outro:

O custo de vida continua subindo e destruindo os orçamentos populares. Esta verdade, aflitiva e cruel, chega constantemente aos meus ouvidos como o mais inquietante dos clamores (62JANGO/ I. 38-40).

Já o *conselheiro* é um enunciador que, respaldado no apoio de outras imagens, como a de *amigo* e de suas respectivas qualidades, autoriza-se a dizer ao outro o que ele precisa saber, ouvir e até mesmo, em algumas situações, o que deve fazer:

E vim hoje à vossa presença, neste ambiente de festa, sem as apreensões e os receios da reação policial, como nos dias passados, para vos falar com a franqueza habitual e vos aconselhar o melhor caminho para a satisfação das vossas mais justas aspirações. (51GV/I. 47-50)

As imagens de *porta-voz* aparecem instituídas nos pronunciamentos de 64C.BRANCO e de 67C.SILVA: as de *conselheiro*, em 47DUTRA, 51GV, 56JK e 62JANGO; as de *ouvidor*, em 51GV e 62JANGO.

3.4. Outras imagens do enunciador

A grande presença enquanto imagem é a do enunciador *atuante*. Ela está de variadas formas presente em todos os pronunciamentos.

Atento à estrutura e ao funcionamento orgânico da justiça social, estou enviando ao Congresso projeto de Lei que simplifica o sistema processual e abrevia o julgamento das reclamações trabalhistas (70MÉDICI/I. 75-77).

Uma nuance dessa atuação aparece associada a uma imagem de enunciador *rígido*. É aquele que sabe adotar uma atitude rigorosa ante a possibilidade de ameaça a suas ações, denotando rigor e severidade.

Essa imagem aparece inscrita nos pronunciamentos de 67C.SILVA e 79FIGUEIREDO.

Sou homem da ponderação e da prudência. Mas não hesitarei em aplicar as leis existentes, diante de situações que ameacem a tranqüilidade da família brasileira, ou possam conduzir à desordem social (79FIGUEIREDO/l. 96-99).

No *corpus* analisado, seguindo o mesmo procedimento de entrada do levantamento das marcas de pessoa EU, encontramos imagens do enunciador que o inscrevem discursivamente como *governo*. Essa imagem, em alguns pronunciamentos, vem acompanhada da de *candidato* e da de *trabalhador*.

A figura de *candidato*, presente nos pronunciamentos 47DUTRA, 51GV, 67C.SILVA e 79FIGUEIREDO, recupera, na memória, um tempo anterior, atuando, portanto, como espécie de reforço à imagem desse atual *governo*, legitimando-o. Recorrendo a informações relativas à conjuntura do momento da produção dos pronunciamentos, cabe ressaltar que em dois deles – 47DUTRA e 51GV –, temos efetivamente um enunciador que fala ao co-enunciador a partir do respaldo do voto popular. No entanto, o mesmo não ocorre com relação a 69C.SILVA e 79FIGUEIREDO.

Sempre que me referi à Previdência Social, em Minas, no Rio Grande, em São Paulo, como candidato em minha pregação pelo Brasil (67C.SILVA l. 75-76).

A imagem de enunciador *trabalhador* carrega uma contradição intrínseca: ao mesmo tempo em que temos uma situação interlocutiva entre semelhantes, temos outra indissociável que os inscreve como diferentes a partir do papel enunciativo que ocupam e da referência ao trabalho que realizam.

Sou um dos vossos, sou um trabalhador como vós o sois. Sou um trabalhador, desde a infância até o dia de hoje, pois a Presidência da República é para mim o que é para vós a oficina, a fábrica... (56JK/l. 36-39).

Meu trabalho terá de ser sempre parte do trabalho geral, ... (85SARNEY/l. 7-8).

No caso do pronunciamento de 79FIGUEIREDO, essa imagem de *trabalhador* aparece associada à de pobre e desamparado:

Conheço muito bem as aspirações dos trabalhadores da cidade e do campo. Sei – por ter por ela passado, com minha família – como é dura a vida do pobre, do órfão, do desempregado, a quem faltam tudo e todos. (79FIGUEIREDO/1. 11-14).

A imagem de enunciador-*governo* constrói-se a partir de marcas lingüísticas que remetem ao tipo de trabalho desenvolvido por um presidente. Numa espécie de jogo associativo, essa imagem apóia-se em escolhas lexicais que caracterizam tanto ações atribuídas/previstas nessa função – presidir, legislar, arbitrar –, marcadas pela presença da desinência pessoal –, quanto a simples aproximação do possessivo “meu” à referência “governo” ou a um de seus co-referentes – “presidente”, “chefe da nação” e “homem de estado”.

Acabo de assinar o decreto dobrando o valor do salário mínimo (85SARNEY/1.13).

Refletindo sobre o uso do referente “governo” e de seus respectivos co-referentes, abrimos aqui espaço para a observação de que, nesse gênero discursivo, o termo é uma forma de denominação do enunciador: eu/homem/governo. Mais que nomear o ELE, nomeia o EU, fundindo-os. Isso se constata, algumas vezes, inclusive, sem a presença imediata da marca de pessoa, como se verifica no fragmento:

o gôverno fala ao povo de amigo para amigo, na linguagem simples, leal e franca com que sempre vos falei (51GV/1. 12-13).

Em outras palavras, ao falar de si como “eu/homem/governo”, cria-se uma imagem de reforço, que aproxima a figura desse governo à do co-enunciador.

A última imagem a ser comentada caracteriza um enunciador cuja função é a de vir a público pedir apoio aos trabalhadores. Por falta de uma designação melhor, decidimos nomeá-la *demandante*. É uma imagem bastante recorrente, embora caracterize solicitações variadas. Em 51GV, temos um enunciador que pede apoio aos trabalhadores para

poder realizar a obra de seu governo; em 56JK, apoiado numa menção a Getúlio Vargas, conclama os trabalhadores para “a marcha da redenção do Brasil” (56JK/l. 128); em 62JANGO, faz um apelo ao Congresso Nacional; em 67C.SILVA, o apelo é cristão; em 70MÉDICI, uma convocação às consciências; e, por fim, em 85SARNEY, concita a nação para construir em conjunto o progresso do país.

3.5. O enunciador inscrito em NÓS

Uma outra marca lingüística de enunciador é a do NÓS. Essa opção enunciativa, como já descrevemos, aponta para uma complexidade de recursos possíveis por meio de seu emprego. Benveniste (1974) demonstrou que essa marca não se caracteriza por ser uma soma de vários EUs. Nela estão implicadas diversas possibilidades de inscrição do enunciador e do co-enunciador que permitem sua inclusão e/ou exclusão como interlocutores do discurso.

Em alguns dos fragmentos localizados, observamos uma certa ambigüidade que dificulta determinar de forma segura quais são as pessoas inscritas nessa marca. Vejamos o seguinte trecho de discurso:

Façamos funcionar normalmente as instituições consagradas na lei magna, e nos dediquemos, afincadamente ao trabalho, sem desgastar energias em recriminações e suspeitas ... (47DUTRA/l. 75-77).

O fragmento permite compreensões variadas: quem está incluído na afirmação “*Façamos funcionar normalmente as instituições consagradas na lei magna*”? o governo que dá garantias para tal? o poder Judiciário? os trabalhadores ao cumprir harmoniosamente suas tarefas? ambos os interlocutores? ou outros poderes? Da mesma forma, em “*nos dediquemos, afincadamente ao trabalho, sem desgastar energias em recriminações e suspeitas*”, quem é esse NÓS? O governo, o trabalhador ou ambos? Ou seja, parece-nos que todas essas alternativas são passíveis de entendimento. Essa flutuação sobre o sentido parece fun-

cionar no discurso como uma espécie de estratégia discursiva “curinga”, por meio da qual podem ser incluídas/excluídas diversas pessoas, sendo ainda possível dissimular a presença da contradição e do conflito entre os interlocutores.

Organizamos as ocorrências de NÓS em dois grandes blocos: o do *NÓS inclusivo* – entendido como aquele que comporta a junção/integração do enunciador e do co-enunciador – e o do *NÓS exclusivo* – entendido neste estudo de uma forma mais ampla, compreendido como aquele que exclui da interação pelo menos um dos seus interlocutores. Foram também consideradas as situações em que ocorreu a exclusão dos dois.

No primeiro bloco, verificou-se um uso dessa marca que pode vir associado a referências tanto aos papéis de governo e/ou de trabalhador, quanto ao fato de ser brasileiro. A *nacionalidade* é ponto comum ou de aproximação entre os interlocutores.

Para vencermos – e quando digo vencermos, quero dizer todos os brasileiros – ainda falta muito esforço e sacrifício (79FIGUEIREDO/1. 39-40).

A essa interação também se soma um caso em que aparecem inscritos outros co-enunciadores que não os trabalhadores:

Que esta data universal sirva para recordar a inadiável necessidade de que governo, trabalhadores e empresários – e também, muito particularmente, a Justiça do Trabalho – aprofundemos o exame da situação do trabalhador brasileiro... (90COLLOR/1. 16-20).

O segundo bloco subagrupa as marcas a partir da exclusão de pelo menos um dos seus interlocutores. O NÓS constituído somente pelo enunciador tem presença elevada em todos os discursos. No caso de 67C.SILVA, verifica-se o uso dessa marca unicamente como igual ao EU. Não podemos deixar de considerar aqui o fato de que a função

empírica do político caracteriza uma fala de um lugar acima da do individual.

O outro exemplo de exclusão classifica os brasileiros em duas categorias: a dos “bons” e a dos “maus brasileiros”. Esse emprego da marca NÓS exclui o enunciador e o co-enunciador e atribui uma imagem pejorativa a todos aqueles que não comunguem com os interesses governamentais:

áqueles poucos dentro nós que sofrem os efeitos da confusão de valores, características do nosso tempo, e tem perturbada a apreciação dos fatos da vida cotidiana, sem conseguir discriminar os nossos dos interesses de outras potências. (47DUTRA/1.19-22)

Observando o total de marcas de enunciador, podemos dizer que, no caso do NÓS, somente dois pronunciamentos apresentam uma incidência maior da pessoa amplificada, 47DUTRA e 70MÉDICI, sendo que nesse último, verifica-se uma única incidência da pessoa inclusiva, todas as demais são exclusivas. As marcas de NÓS exclusivo, que incluem somente o enunciador, fazem aumentar o número de incidência das imagens de *atuante e rigoroso*.

Nos pronunciamentos de 51GV, 56JK, 62JANGO, 67C.SILVA, 79FIGUEIREDO, 90COLLOR e 97ITAMAR há elevada incidência do uso do EU. Em 64C.BRANCO, 74GEISEL e 85SARNEY percebe-se um equilíbrio na distribuição das pessoas.

A seguir, apresentamos um quadro onde aparecem as imagens de enunciador EU e NÓS, anteriormente descritas. Sua finalidade é a de oferecer uma visão panorâmica das imagens comentadas ao longo de nossa exposição, situando-as nos pronunciamentos. Nele não aparecem quantificadas incidências, marca-se apenas a sua presença.

Procuncia- mentos / IMAGENS	38GV	47DUTRA	51GV	56JK	62JANGO	64C.BRANCO	67C.SILVA	70MÉDICI	74GEISEL	79FIGUEIREDO	85SARNEY	90COLLOR	94TAMAR
amigo		X	X	X	X								
leal		X	X	X	X		X			X		X	
sincero		X	X		X					X		X	
emotivo	X		X	X	X							X	
devoto		X			X	X	X	X	X	X	X		
esperançoso			X				X		X	X		X	X
defensor			X		X								
rigoroso						X	X		X	X	X		
messiânico			X									X	
conselheiro		X	X	X	X								
porta-voz						X	X		X				
ouvidor			X		X								
demandante		X	X	X	X		X	X	X	X	X		
atuante	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
candidato		X	X				X			X			
trabalhador				X						X	X		
governo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Quadro 1: Imagens de enunciador (1938-1994)

4. Conclusões (usa-se Considerações Finais atualmente)

Tendo em vista a análise apresentada, faremos algumas reflexões relativas à variação das imagens de enunciador encontradas. A imagem de *amigo*, por exemplo, estende-se por um determinado período de tempo, coincidentemente, marcado por uma conjuntura política democrática. A partir de 1964, essa imagem desaparece, permanecendo apenas a qualidade de *leal* e, num único discurso, a de *sincero*. A figura do *emotivo* só retorna após o término da ditadura militar. As

imagens de *conselheiro*, *ouvidor* e *defensor*, também, aparecem restritas ao primeiro período. O elemento de aproximação, comum a todos os pronunciamentos, recai sobre as imagens de *governo* e *atuante*. Com relação à figura do *devoto*, salvo 62JANGO que se apresenta fadado a cumprir seu destino, os demais enunciadores ressaltam sua devoção a princípios da cooperação.

De modo que pudéssemos ter uma idéia em perspectiva do conjunto de imagens de enunciador, optamos por estabelecer macroorganizadores que permitissem reunir, em diferentes subconjuntos, diversas dessas imagens. Assim, pudemos observar que:

- a) ao demonstrar-se *amigo*, *leal*, *sincero*, *emotivo* e/ou *defensor*, além de *demandante*, o enunciador submete sua imagem à ótica das qualidades de um indivíduo;
- b) ao apresentar-se como *devoto*, *esperançoso* e/ou *messiânico*, o enunciador ressalta o campo das crenças a que está circunscrito;
- c) ao dizer-se *porta-voz*, *ouvidor* e/ou *conselheiro*, o enunciador define um certo perfil da natureza da interação que se estabelece;
- d) ao mostrar-se *atuante*, o enunciador projeta as ações realizadas ou planejadas.

Considerando os dois primeiros macroorganizadores, chamamos a atenção o fato de que o enunciador *amigo* deixa de existir quando se institui o *devoto-esperançoso*. Há uma significativa coincidência em relação ao período histórico do apagamento do “*amigo*” e o do predomínio das crenças, sejam elas de base cristã, sejam de base política, como a referente à democracia, por exemplo.

O terceiro macroorganizador ressalta o papel que o enunciador se atribui na interação. Diferente da imagem de proximidade instituída por um *ouvidor* e/ou *conselheiro*, o *porta-voz* cria um efeito de sentido de ausência ou afastamento entre os interlocutores. Esse papel é exclusivo de enunciadores que participam dos governos da ditadura militar de 64.

O último macroorganizador define o âmbito do agir do enunciador e está intimamente relacionado a uma outra questão, que se tornou visível a partir de elevados índices encontrados: um enunciador

que não se contenta apenas “em falar” a esse público, mas que precisa reafirmar-lhe que “lhe fala”. Esse recurso acarreta uma espécie de deslocamento do tema declarado pelos pronunciamentos: mais que o trabalho ou o trabalhador, como poderíamos esperar, “o dizer que se fala ao trabalhador” adquire relevância na interação, passa a ser tema do discurso.

Ao lado do conjunto de imagens que caracterizam o EU e o NÓS, em especial, a estrutura metalingüística do “diz que diz” ganha uma visibilidade especial. O recurso, que merece um estudo à parte, funciona na interação como uma espécie de reforço que permite, ao mesmo tempo, ressaltar a voz do enunciador, legitimando sua condição de integrante desse espaço discursivo.

Essa manifestação da heterogeneidade enunciativa aparece caracterizada tanto por atos ilocutórios (tais como prometer, agradecer, etc.), quanto por metadiscursos com funções variadas (“para falar a verdade”, “refiro-me a”, “ou melhor”), ou ainda, pela retomada de seu dito em outra enunciação (discurso relatado).

Cabe lembrar que nosso recorte de *corpus* inclui a primeira interlocução de cada um dos Presidentes da República. Esse recurso permite, entre outras possibilidades, criar o sentido de uma memória discursiva. Expressões como “eu sempre disse que...” e “não me canso de dizer”, por exemplo, caracterizam uma busca de apoio na tradição, que ao mesmo tempo constrói a própria tradição. Enfatiza-se, desse modo, um *ethos* da coerência, marcado por um tempo que parece não transcorrer, uma vez que só faz reafirmar as “certezas” desse enunciador: o que o enunciador diz agora coincide perfeitamente com suas convicções no passado. Tal coerência se apresenta como fiadora da confiança que o co-enunciador pode (e deve) depositar no que lhe é dito pelo enunciador.

Considerando o exposto, levantamos a hipótese de que essa voz em perspectiva caracteriza a necessidade de ter de reforçar/marcar que “o enunciador sempre fala” ao trabalhador, apontando, segundo nosso modo de ver, em contrapartida, uma dificuldade de diálogo. Ressaltamos, também, que o apoio instituído por meio desse recurso realça e propaga ainda mais a imagem desse EU, haja vista o número de vezes em que se repete esse uso nos enunciados, com relação à referência a

outras vozes incluídas nos pronunciamentos. Dessa forma, enunciação e conteúdo se autolegitimam.

Podemos dizer que, conforme foi sendo assinalado, a opção pela análise das marcas de pessoa que o enunciador deixa inscritas em seu enunciado permitiu-nos, além do acesso a uma compreensão de como se opera discursivamente a construção de imagens enunciativas, observar a importância da iniciativa de vir a público falar aos trabalhadores. Dessa prática discursiva advêm posicionamentos sustentados pela lógica organizacional presente entre o modo de articular um “mundo em discurso” e os “sentidos” que dele se originam: ocupar o espaço discursivo no 1º de maio é procurar garantir a “ilusão” da existência de uma comunidade discursiva “aparentemente harmônica” formada por governo e trabalhadores.

Enviado em: 05/2000. Aceito em: 10/2002.

Referências bibliográficas

- BENVENISTE, É. 1974 *Problemas de lingüística geral II*. Pontes, 1989.
- DAHER, M. del C.F.G. 2000 *Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva*. Tese de Doutorado inédita. LAEL – PUC-SP.
- _____. 2000 *Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva* (CD-ROM).
- MAINGUENEAU, D. 1996 *Os termos-chave da análise do discurso*. Ed. UFMG.
- _____. 1998 *Análise de textos de comunicação*. Cortez, 2000.

Maria Del Carmen Daher is a professor at the Master's course in Letras, major in Linguistics, and at the Neo-Latin Languages Department of the Letras Institute of the State University of Rio de Janeiro (UERJ). She holds a Ph.D. in Applied Linguistics from the Catholic University of São Paulo, and develops research in the areas of enunciation-based Discourse Analysis and foreign language teachers' education. She has received a research grant from UERJ/FAPERJ, and at the moment she is involved, among other activities, in the research Enunciation studies: language practices and discourse genre.